

Desafios do sistema político

E OS IMPACTOS DO CRESCIMENTO DA EXTREMA-DIREITA E DA SITUAÇÃO DO GOVERNO LULA SOBRE A VIDA DAS MULHERES

Natália Cordeiro*



Para o campo feminista ao qual pertenço, a disputa eleitoral é uma das dimensões da esfera política e é marcada por contradições e muitos limites. Nesse sentido, construir um feminismo que, além de antipatriarcal, anticapitalista e antirracista, seja autônomo em relação aos partidos políticos é fundamental para a luta pela emancipação das mulheres. Para nós, essa luta por direitos e por transformação social se constrói no cotidiano, a partir da auto-organização das mulheres e da sua articulação com o conjunto mais amplo dos movimentos sociais e dos partidos políticos de esquerda.

Reforço, então, que as eleições são momentos críticos da conjuntura, mas nossa luta existe entre e apesar delas. Esse é o conjunto de pressupostos que orientam esta análise cujo objetivo é ser uma pequena contribuição para a luta vindoura. Ela está dividida em três pontos somente por questões didáticas, pois, na prática, eles se relacionam entre si. No primeiro, abordo os limites do sistema político brasileiro; no segundo, discuto a situação do governo Lula; e no terceiro, penso as implicações do crescimento da extrema direita, sempre em diálogo com a situação das mulheres.

“Nada a temer senão o correr da luta
Nada a fazer senão esquecer o medo
Abrir o peito a força, numa procura
Fugir às armadilhas da
mata escura”
_ Milton Nascimento

*NATÁLIA CORDEIRO É EDUCADORA DO SOS CORPO, MILITANTE DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO E DOUTORA EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UFPE.

Nas últimas disputas eleitorais temos visto mais gente falando em mais mulheres no poder, incluindo mais mulheres negras e mulheres trans. Mas esse discurso não tem se refletido em um aumento significativo da representação feminina. Nas eleições de 2020, cerca de 16% das prefeitas e vereadoras eram mulheres, este ano aumentamos para 17,9%(1). Quando pensamos a intersecção entre raça e gênero, entre as mulheres brancas, uma em cada 10 candidatas foi eleita, entre as mulheres pretas essa proporção é de uma para cada 26(2).

Além disso, entre as mulheres eleitas, muitas são de direita e extrema direita e defendem uma agenda anti direitos das mulheres, especialmente anti direitos das mulheres negras, trabalhadoras, trans... Podemos listar diversos motivos para a permanência da sub-representação feminina: problemas na distribuição de recursos dentro dos partidos, nosso sistema de lista aberta, o fato de que as cotas de gênero são somente para a lista e não para os assentos, violência política de gênero e raça etc. E sobre isso diversas organizações têm falado e até proposto discussões sobre possíveis reformas políticas. No entanto, uma causa mais fundamental para a manutenção das coisas tal qual elas são, é a relação entre poder econômico e poder político. Sem enfrentarmos esse ponto, é difícil pensar que teremos mais das nossas companheiras na política institucional. Se tem sido consenso para nós feministas que o patriarcado e o racismo estruturam as desigualdades materiais e conformam



nossas subjetividades, me parece necessário não perder de vista o capitalismo como parte fundamental da tríade gênero-raça-classe.

Antes de seguir para o próximo ponto, um breve comentário a partir deste lugar no qual me situo. Em Recife, as duas coligações de esquerda que disputaram as eleições (PT/PCdoB/PV e PSOL/Rede) elegeram seis vereadores, dentre eles, cinco são mulheres – uma delas mulher negra – e dentre as cinco, quatro se colocam como feministas. Ao meu ver isso não é coincidência e demonstra a força do movimento feminista no território. Destacar isso é importante para que a esquerda assuma o movimento feminista, em toda sua diversidade e com o conjunto de suas pautas, como sujeito político fundamental. Enfatizar isso também é importante para que as companheiras eleitas Cida Pedrosa (PCdoB), Jô Cavalcanti (PSOL), Kari Santos (PT) e Liana Cirne (PT) reconheçam em nós, movimento feminista, aliadas que estarão permanentemente tensionando a correlação de forças para provocar rupturas, mínimas que sejam, na conjuntura atual, especialmente com

(1) Disponível em: <https://plan.org.br/noticias/aumento-de-mulheres-eleitas-em-2024/>

(3) Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/somente-1-a-cada-26-candidatas-negras-foi-eleita-em-2024/>

relação ao direito ao aborto, enfrentamento à violência contra as mulheres, renda básica e justiça socioambiental. Dito de outro modo, contem conosco, pois nós contamos com vocês. Isso é verdade também em relação a Dani Portela (PSOL) que se candidatou à prefeita, sendo a única e valorosa representante efetivamente de esquerda na disputa.

Com relação à situação atual do governo Lula e as implicações disso para a vida das mulheres, alguns comentários merecem ser tecidos. As eleições demonstraram que o retorno de Lula à presidência não significou uma retomada mais ampla da esquerda, capilarizada na política local em diferentes partes do país. Além disso, o governo não tem sido capaz de reacender o otimismo na sociedade em geral e entre as razões para isto estão o seu movimento para o centro, fruto da frente amplíssima da qual depende para ter sustentação, e as implicações disso em termos de políticas públicas entregues à população; a péssima relação estabelecida com o conjunto dos movimentos sociais, vide sua atuação no G20 Social e tentativa de esvaziamento da Cúpula dos Povos; e seus problemas de comunicação e articulação que impedem que até mesmo os bons resultados sejam percebidos como tal.

As eleições reforçaram o poder do centrão, evidenciando ainda mais o desequilíbrio entre Legislativo e Executivo a partir da distribuição das emendas parlamentares. Isso acende para nós todos os alertas com relação às disputas

em torno da presidência da Câmara e do Senado que envolverão ainda mais negociações. Na melhor das hipóteses, as coisas continuarão como estão em termos de políticas públicas e planos econômicos, na pior, os ajustes e redução de direitos serão ainda maiores e implicarão em mais precarização para mulheres, população LGBTQIAPN+, trabalhadores, populações negra e indígena. Importa dizer que a conduta do centrão nos últimos anos deve nos deixar atentas também em relação à estabilidade democrática (e aqui me refiro às instituições da democracia liberal em que vivemos) e às legislações ainda mais conservadoras e mantenedoras de desigualdades para as majorias minorizadas. De acordo com a literatura da ciência política, as eleições municipais não têm tanta influência nas presidenciais, no entanto, exercem influência nas eleições para o legislativo federal. Nesse sentido, embora seja difícil até de imaginar, é totalmente possível um Congresso ainda mais à direita. O que resta é saber se a vitória dos partidos que compõem a base, que hoje está sendo computada como vitória do governo, vai se traduzir em apoio em 2026.

O último ponto se destina a pensar sobre os impactos do crescimento da extrema direita na vida das mulheres. O PP foi o segundo partido que mais elegeu vereadores, atrás somente do MDB, e em números absolutos, Republicanos e PL foram os partidos que mais cresceram em relação a 2020(3). Além disso, candidatos deste campo polarizaram boa parte dos confrontos no 2º turno.

(3) Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/10/07/eleicoes-2024-partido-com-mais-vereadores-eleitos>

Vimos ainda a ascensão da figura de Pablo Marçal (PRTB) e seu impacto na disputa em São Paulo. Outro fato que chama a atenção é a consolidação da renovação geracional (e patriarcal) na extrema direita, encarnada por nomes como André Fernandes que foi para o 2º turno em Fortaleza, Bruno Engler que disputou o 2º turno em Belo Horizonte e Thiago Medina que se elegeu vereador aqui em Recife. Todos são do PL, têm menos de 30 anos e obtiveram importantes vitórias políticas. Isso deve chamar nossa atenção, considerando a dificuldade de renovação geracional vivenciada tanto nos partidos de esquerda quanto nos movimentos sociais – embora haja exceções expressivas. Somado a isso, lideranças evangélicas se consolidam enquanto força política enraizada em todo país.

Como pano de fundo social, vivemos um momento de profunda precarização do trabalho (uberização, plataformização, empreendedorismo etc.), precarização da vida (horas gastas em deslocamentos, falta de acesso a políticas públicas essenciais, militarização dos territórios etc.) e crise climática. Esse cenário de desmonte neoliberal nos atinge desigualmente de acordo com nossa raça, classe e gênero e está profundamente relacionado à ideologia fundamentalista que, por sua vez, está no cerne do discurso da extrema direita, mas também habita o pensamento da direita tradicional e do centrão. Tal ideologia responsabiliza as famílias pelo cuidado de crianças, idosos e doentes diante da redução do Estado e, para isso, depende da (re)domesticação das mulheres, da apropriação do seu trabalho reprodutivo e

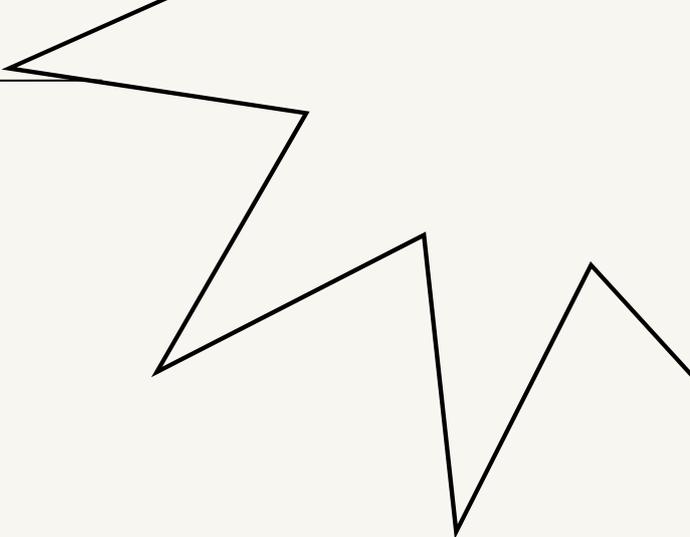
do aniquilamento de sujeitos que pensam e vivem outras formas de comunidade para além do modelo de família patriarcal, racista e burguesa – e para isso recrudescem a violência contra mulheres, negros e dissidentes de gênero.

Esse cenário, que não se restringe ao Brasil, tem impactos subjetivos com consequências políticas importantes. Em contexto de precarização da vida e falta de perspectiva de futuro, impera a máxima “farinha pouca, meu pirão primeiro”, habita entre nós o individualismo fruto das novas formas de trabalho e dos efeitos das redes sociais nas nossas mentes. Tudo isso fragiliza a participação política, como é possível notar através dos altos níveis de abstenção nas eleições ou da dificuldade dos movimentos em mobilizar sua militância para uma reunião ou ato de rua. As últimas décadas, marcada por crises de diversas ordens que culminaram em significativas perdas de direitos, promoveram uma descrença no Estado, nas suas instituições e nas políticas públicas. Isso levou ainda a perda da sua legitimidade política e da legitimidade política da democracia. Assim, não é mais evidente que as pessoas queiram proteção via direitos assegurados pelo Estado, na atualidade a liberdade para correr atrás de formas de melhorar a vida parece importar mais. Daí não é estranho que se popularizem os *coaches* e as *bets*. Também não é estranho que diante da falta de perspectiva de futuro, potencializada pelo colapso ambiental, a gente se sinta em um momento de profunda desintegração social no qual é fundamental diferenciar “eles” de “nós”,

aniquilar quem é diferente, “se dessensibilizar frente ao sofrimento alheio e defender o ‘nosso’ modo de vida a qualquer custo” nas palavras de Rodrigo Nunes.

Frente a tudo isso, torna-se cada vez mais evidente que a crise não é passageira e que os problemas são muitos e muito complexos. Assim, se agarrar ao pouco que sobrou das políticas públicas ou a um passado que não retornará, não parece ser uma alternativa eficaz para construir outra correlação de forças no país. E parece que é justamente isso que o PT vem fazendo, o PSOL vem tentando e até mesmo alguns movimentos sociais têm praticado, ao insistir em apoiar o governo de forma acrítica e fazer a luta (quando o fazem) somente em torno das políticas públicas que, embora sejam fundamentais para enfrentar as desigualdades, não dão conta da transformação social mais ampla. Como dizem Betânia Ávila e Verônica Ferreira, “construir lutas por direitos em perspectiva antissistêmica implica consequências programáticas que apontem rupturas e coloquem em questão o polo dominante e antagonista, incorporem uma disputa efetiva sobre o modelo de Estado e construção do confronto no seu interior e para além dele” (5).

Encerro estas reflexões com alguns desafios que, acredito eu, precisam ser enfrentados pelo nosso campo: 1) em um contexto de crise socioambiental, é urgente colocar a luta anticapitalista – atrelada à luta feminista e antirracista – no centro das lutas; só será possível manter



a justiça social na agenda se voltarmos a tratar da produção e distribuição da riqueza tendo como horizonte a construção do desejo por outros modos de vida, mais sustentáveis e, portanto, compatíveis com a vida humana no planeta; 2) os últimos anos e as últimas eleições foram marcados pela apropriação da extrema direita, a partir da perspectiva anti direitos, de pautas como aborto, ideologia de gênero, comunidades terapêuticas, política de drogas, segurança pública etc. e pelo distanciamento da esquerda das mesmas; me parece imprescindível para uma reestruturação da esquerda que ela tome para si as pautas que insiste em tratar como “polêmicas” e considere a politização delas que há décadas vem sendo feita pelos movimentos feminista, negro e LGBTQIAPN+; 3) para tudo isso ser possível, é necessário nos debruçarmos profundamente não só sobre o conteúdo (o quê) dos nossos projetos políticos, mas sobre as formas organizativas (como) a partir das quais eles poderão se tornar reais nos fazendo avançar em termos de proposições e confrontos que acirrem as contradições e nos ajude a fugir das armadilhas da mata escura.

(4) Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/SOSCORPO-Critica-Feminista-Alargando-a-Democracia.pdf>



SOS CORPO

**Instituto Feminista
para a Democracia**